

## EXAME DE ORDEM 01/2007

### PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

**TURNO MANHÃ**

### QUESTÕES PRÁTICAS

#### Área de Opção: Direito Civil e Processual Civil

#### Instruções

1. Verifique se este caderno contém **05 questões práticas** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Responda às questões com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.
3. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
4. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
5. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
6. Não se retire da sala antes de transcorrida **1 hora** do início da prova.
7. Devolva, ao término da prova, **o caderno de questões e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
8. Lembre que o tempo de duração da prova é de **4 horas**.

**Observação:** Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Nº de Inscrição:**

--	--	--	--	--	--	--

**Cidade de Prova:** \_\_\_\_\_

---

## QUESTÕES PRÁTICAS

**Questão 01.** Indeferida a petição inicial sob a alegação de prescrição, tendo o autor apelado e não havendo intimação da parte contrária nem retratação do Juiz, o feito foi remetido ao Tribunal. Este julgou a lide desde logo, com base no art. 515, § 3º, do CPC, mantendo a decisão. Agiu corretamente o Tribunal? Fundamente sua resposta. (até 1,0)

---

**Questão 02.** João da Silva propôs ação de despejo por falta de pagamento dos aluguéis contra Antônio Reis, que foi devidamente citado. É possível para Antônio propor exitosamente ação de consignação em pagamento dos aluguéis devidos? Fundamente e justifique sua resposta, apontando a base legal. (até 1,0)

---

**Questão 03.** Proposta ação de execução fiscal decorrente de dívidas perante a Receita Federal, Pedro, ao ser citado, indica, no prazo legal, por meio de seu advogado, como bem à penhora, o único imóvel de sua propriedade, onde reside sozinho. Interpostos tempestivamente pelo devedor, os embargos são julgados ao final improcedentes. A execução prossegue. Antes da arrematação, é possível alegar com êxito a impenhorabilidade do bem indicado? Responda fundamentadamente, com base na melhor doutrina e na jurisprudência atual. (até 1,0)

---

**Questão 04.** André vendeu um terreno de sua propriedade para Carlos. Este pagou o valor avençado, mas não registrou o título aquisitivo de propriedade. Meses depois, a Prefeitura desapropriou o terreno, propondo a ação de desapropriação em desfavor de André, que ainda permanecia como proprietário no Registro de Imóveis. De que medida jurídico-processual dispõe Carlos para defender seus direitos no processo de desapropriação? Fundamente sua resposta. (até 1,0)

---

**Questão 05.** Luís propôs contra Cláudio ação de reconhecimento de paternidade. Instruída e julgada a ação, não só foi reconhecida a filiação como também foram fixados alimentos a serem pagos por Cláudio. Recentemente, o devedor deixou de cumprir com a obrigação, existindo hoje um atraso de 3 meses. Quais as medidas passíveis de serem propostas contra o devedor Cláudio? Responda fundamentadamente, levando em consideração a doutrina e a jurisprudência predominante sobre o tema. (até 1,0)

**Observação:** Conforme o artigo 19 do Regulamento do Exame de Ordem 01/2007, a nota final da prova prático-profissional será expressa, em números inteiros, na escala de 0 (zero) a 10 (dez). A cada questão prática será atribuída nota na escala de 0 (zero) a 1 (um) e, à peça processual, nota de 0 (zero) a 5 (cinco). As questões práticas e a peça processual corresponderão ao peso de 50% (cinquenta por cento) cada uma. A nota final da prova será igual ao somatório das notas obtidas nas questões práticas e na peça processual, arredondando-se, se for o caso, para o número inteiro imediatamente superior.